

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

Mariana dos Reis Santos¹

Resumo

Este relato de experiência buscou evidenciar experiências pedagógicas voltadas para a perspectiva em direitos humanos numa instituição especializada em deficiência visual. A metodologia utilizada pela professora e pesquisadora elegeu as rodas pedagógicas como espaço para abordagem da temática sobre relações étnico-raciais. Esse formato inicial de roda de conversa possibilitou a abertura e o diálogo para inserir o assunto “racismo e escravidão” até então pouco debatido neste espaço educativo. O aporte teórico da metodologia balizou-se em princípios de cidadania, ancorando-se nos estudos do intelectual Milton Santos diante das formulações da obra “O espaço do cidadão” (2007). Conforme vivências da professora em sala de aula, verificou-se a dificuldade dos estudantes com deficiência visual (DV) na sua autodeclaração racial e a ausência de inclinação ao debate étnico-racial inicial. Identificou-se na experiência de roda de conversa uma motivação dos estudantes com deficiência visual (DV) na participação, embora o grupo tenha silenciado em alguns momentos quando o assunto envolvia abordagens mais sensíveis da temática. Já o projeto roda de samba pedagógica, iniciativa reivindicada pelos próprios estudantes deficientes visuais (DV) potencializou maior adesão deste coletivo, que se empenhou mais no desenvolvimento do projeto. Em suma, este trabalho constatou a necessidade da construção de uma escola cidadã, elegendo metodologias abertas e dialógicas que estimulem a participação social dos estudantes com deficiência visual em espaços políticos futuros.

Palavras chave: instituição especializada; deficiência visual; direitos humanos; relações étnico raciais.

For a civic and anti-racist school: democratic pedagogical methodologies in an institution specialized in visual impairment

Abstract

This experience report sought to highlight pedagogical experiences focused in a human rights perspective in an institution specializing in visual impairment. The methodology used by the teacher and researcher chose pedagogical circles as a space to approach the theme of ethnic racial relations. This initial format of a conversation circle enable openness and dialogue to include the subject “racism and slavery”, which had previously been little debated in this educational space. The theoretical contribuicion

¹Pedagoga formada pela Universidade Federal Fluminense ,Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pós Doutoranda em Educação da Faculdade de Formação de Professores(Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Professora do Ensino Básico Técnicoe Teconlógico do Instituto Benjamin Constant; e-mail: reis.mari83@gmail.com

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

of the methodology was based on principles of citizenship anchored in the studies of the intellectual Milton Santos in the work "The Citizen Space" (2007). According to the teacher's experiences in the classroom, it was verified the difficulty of students with disabilities in their racial self declaration and the lack. In the conversation circle experience, students with disabilities were motivated to participate, although the group remained silent at times involving more sensitive topics. The pedagogical samba circle project, an initiative claimed by the visually impaired students themselves, boosted greater participation in this collective committing to the development of the project. In short, this work found the need to build a citizen school, choosing open and dialogical methodologies that encourage the social participation of students with visual impairments in future political spaces.

Keywords: Specialized institution; visual impairment, human rights, ethnic racial relations.

Introdução

Este artigo pretende apresentar um relato de experiência da pesquisadora sobre vivências pedagógicas de estudantes cegos e com baixa visão numa instituição para estudantes de deficiência² visual. A pesquisadora e professora ministrava aulas no quinto ano do primeiro segmento no ano de 2018. O estudo elucida práticas pedagógicas desenvolvidas neste instituto especializado a partir de uma perspectiva curricular direcionada à educação em direitos humanos e à formação cidadã, considerando as diversas intersecções que permeiam a vida desses estudantes.

O Instituto Benjamin Constant³ é hoje uma instituição federal pública de referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas cegas⁴, com baixa visão, surdo-cegas e com outras deficiências associadas à deficiência visual. A instituição

²Conforme o texto do artigo 2º da Lei de Inclusão de 2015, consideram-se pessoas com deficiência "aqueles que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação com diversas barreiras ambientais, podendo assim obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

³ <https://www.gov.br/ibc/pt-br>. Acesso em 5 de março de 2025

⁴ De acordo com a Secretaria de Educação Inclusiva do Ministério de Educação (BRASIL, 2006, p.13-14), educandos cegos e de baixa visão são definidos como deficientes visuais, ou seja, não possuem visão suficiente para aprender a ler e escrever em tinta. Estes necessitam, portanto, utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, o acesso à leitura destes indivíduos em fase de escolarização se estabelecerá pela utilização do código braille diante dos educandos que possuem perda total da visão. Há também os educandos deficientes visuais que têm apenas percepção de luz, podendo alguns perceberem claro, escuro e delinear algumas formas, chamados de baixa visão. Definição disponível no documento intitulado: "Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e alunos com baixa visão".

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

constituiu-se como um centro de referência nacional na área⁵, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas no atendimento às necessidades desta comunidade. Há também um setor de reabilitação destinado a pessoas que perderam ou estão em processo de perda de visão.

A instituição educacional especializada em deficiência visual em tela embora se localize na Urca, um espaço geográfico privilegiado da cidade, atende um alunado de raça/etnia predominantemente negra⁶ residente, em sua maioria, nas zonas periféricas da cidade e zonas metropolitanas do Estado. Além disso, o perfil de responsáveis femininas pelos estudantes que chefiam os lares de maneira solo é significativo.

Com relação à escolarização dos estudantes com deficiência visual, observou-se em grande parte da postura pedagógica do corpo docente a construção da identidade destes indivíduos enquanto educandos passivos ou dóceis, desprovidos de subjetividades que suscitem debates reflexivos em sala de aula.

Nas mediações pedagógicas em sala de aula com estudantes desta turma do quinto ano, percebeu-se inicialmente um desconhecimento por parte de alguns estudantes com deficiência visual ao abordar questões relativas a temáticas em direitos humanos, em específico às relações étnico-raciais envolvendo racismo estrutural e escravidão. Além desta ausência do debate envolvendo esses assuntos pedagógicos, percebeu-se um certo desconforto nos assuntos envolvendo autodeclaração étnico-racial ou corporeidade individual.

Por isso, este estudo aponta como questão norteadora deste relato-experiência: “Como construir uma escola cidadã abarcando metodologias dialógicas numa instituição especializada em deficiência visual?”

Neste sentido, os objetivos da pesquisa se organizam em: a) Elucidar práticas pedagógicas democráticas que mobilizem a temática dos Direitos Humanos em sala de aula b) Visibilizar tensões e desafios pedagógicos de professores pertencentes à Educação Especial ao abordar a temática c) Analisar de que forma a temática de relações

⁵ Com o passar do tempo, o IBC tornou-se um centro de pesquisas médicas no campo da oftalmologia, possuindo programas de residência médica renomados no Brasil todo. O programa presta serviço gratuito a população, realizando consultas, exames e cirurgias oftalmológicas. A instituição também é comprometida com a produção de materiais especializados, possui uma imprensa braile, edita e imprime livros e revista de pessoas cegas e baixa visão, além de contar com um farto acervo eletrônico de publicações científicas. Em 2018, após aprovação em portaria nº 310, o Instituto passou a contar com um departamento de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE), que possibilitou à instituição o planejamento de cursos de pós graduação lato sensu e strictu sensu na área. As atividades vinculadas ao Programa de Pós Graduação em Ensino na Temática de Deficiência Visual (MPEV) são oferecidas na modalidade presencial e contemplam estudos e práticas pedagógicas para a formação profissional e acadêmica em educação especial, com ênfase na educação inclusiva.

⁶Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), população negra corresponde ao somatório de pessoas pardas e pretas que constituem o território nacional brasileiro.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

étnico raciais imbricada com os Direitos Humanos contribui para uma formação cidadã numa instituição especializada.

Sendo assim, a primeira seção do artigo buscou iluminar algumas conceituações teóricas de suma relevância para a compreensão deste relato de experiência tais como: “interseccionalidade”, “tornar-se negro/a”, “decolonialidade”⁷ e “formação antirracista”. O estudo estruturou -se inicialmente neste aporte teórico, procurando as múltiplas identidades de um indivíduo com deficiência visual em fase de escolarização. Notadamente alguns marcadores da diferença são apagados seja na convivência com a família ou no espaço educativo ainda resistente à complexidade dessas temáticas.

Neste sentido, para se compreender as questões envolvendo “interseccionalidade” no debate acerca dos Direitos Humanos, esta pesquisa ampara-se nos estudos de Crenshaw (2002). Ao refletir sobre a formação da identidade negra, ou seja, “tornar-se negro/negra” em um espaço de escolarização, utilizou-se o pensamento de Sousa (1983). Nas questões relacionadas à ruptura dos conhecimentos meramente eurocêntricos bem como o questionamento do caráter meritocrático de ensino, utilizou-se o conceito de “decolonialidade” iluminado por Mariano (2024) em sua teoria.

Ao analisar a relevância da formação antirracista exercendo a função docente num instituto especializado em deficiência visual, esta pesquisa respaldou-se nos estudos de Gomes (2021) e Pinheiro (2023). Nas questões referentes à temática ampla da existência dos Direitos Humanos e sua finalidade na sociedade, o artigo se referenciou na teoria de Douzinas (2009) e Santos (2007).

Na segunda seção relativa aos desdobramentos dos resultados e discussões deste debate pedagógico, visibilizamos a experiência da roda de conversa como atividade dialógica. A metodologia escolhida coaduna com as temáticas relativas aos direitos humanos, possibilitando um canal propulsor do “despertar” da consciência crítica destes estudantes. Neste momento, o referencial teórico da seção alicerçou-se principalmente na obra “O espaço do cidadão” (2007) do geógrafo Milton Santos, estudo no qual o autor procurou abordar o conceito de cidadania com base em análises da redemocratização brasileira e também nas experiências políticas de países subdesenvolvidos.

⁷Estudos de Mariano (2024, p. 2) ao citar o pensamento de Ballestrin (2013) afirmam que “a decolonialidade apresenta uma importante função, que é a de fornecer novos olhares para os velhos problemas sociais.” Assim, trata-se de mais uma possibilidade, entre tantas outras, de criar inflexões e tensionamentos para pensar as possibilidades de rupturas com o modelo hegemônico de formação docente. Nesse sentido, advoga-se não haver um único currículo ou modelo de formação, mas intenta-se apresentar bases para reconhecer, sob a égide da pluriversalidade, ou seja, uma formação voltada para a justiça social, reconhecendo a existência de múltiplos modos de organizações curriculares.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

A terceira sessão elucida uma experiência pedagógica resultante de um projeto intitulado “roda de samba pedagógica” em que os estudantes com deficiência visual eram protagonistas deste saber oriundo da cultura afro-brasileira. O samba enredo foi utilizado pela professora e pesquisadora como instrumento pedagógico capaz de transmitir o conteúdo pedagógico de História de maneira crítica e ao mesmo tempo lúdica para esses estudantes.

Por isto, tal relato de experiência concorda com Gomes (2021, p.437) quando este afirma que a descolonização das mentes implica em construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Neste sentido, tal estudo estrutura-se na defesa de uma escola cidadã, a partir das conexões estabelecidas com lutas políticas da Educação Especial, participação dos indivíduos na sociedade e construção das identidades a partir da agenda política envolvendo os direitos humanos no chão da sala de aula.

1.1 Tensões pedagógicas frente ao debate interseccional numa instituição especializada em deficiência visual

Diante dos elementos de análise do perfil da comunidade escolar existente nesta instituição e de evidências epistemológicas, é de suma relevância a apropriação do conceito de “interseccionalidade” nos projetos em educação desta instituição, abarcando temáticas sobre anticapacitismo, raça e classe em seu cotidiano escolar. Assim, Crenshaw (2002) define que a interseccionalidade:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Sendo assim, tais conceituações deste estudo consideram o balizamento da intersecção entre raça e deficiência visual, entendendo que estes indivíduos DV algumas vezes sofrem estes três elementos de opressão na sociedade diante do seu intercruzamento.

Deste modo, pensar o conceito de interseccionalidade na educação sinaliza desafios fundamentais na formação de professores da Educação Especial como a compreensão da complexidade destas intersecções no cotidiano escolar. Tais marcadores abarcam outros elementos relevantes para se pensar a realidade destes estudantes DV, tais como: território, classe social e formação de arranjos familiares. Por isso, é imprescindível produzir metodologias pedagógicas inclinadas nesta perspectiva conceitual.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS
PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM
DEFICIÊNCIA VISUAL

Ao elucidar uma das vivências na sala de aula, a pesquisadora sinaliza neste estudo, questões de tensionamentos relativos à construção das identidades étnicas. Foram diversas situações em que estudantes DV com fenótipos negróides declararam sua etnia/raça como branca nas mediações em sala de aula ao partirem da descrição de seus responsáveis que os definiam desta maneira fenotípica.

Em determinada situação em sala de aula, a pesquisadora presenciou inquietações étnico-raciais inerentes à uma das vivências propostas pela mesma. Uma aluna lhe disse: "professora, eu sou a branquinha do Papai, ele me chama assim em casa". Neste momento, a então professora e pesquisadora rememorou situações de auto-ódio envolvendo a sua identidade negra no período da sua escolarização que foram revividas a partir da fala da educanda negra DV. Gatilhos mentais são acionados em pessoas negras adultas que vivenciaram situações de discriminação racial muito marcantes no período escolar. Sendo estas pessoas com deficiência, o processo de subjetivação é constituído de maneira ainda mais adversa, uma vez que esbarra nas questões da autonomia, já que, a sua autodeclaração étnica está vinculada à descrição de si pelo outro.

Souza (1983) em seus estudos e formulação sobre a categoria "tornar-se negro" ressalta que a existência da negação das pessoas negras de sua autodeclaração ou reconhecimento da cultura afro-brasileira se estabelece pelo fato de a identidade negra ter sido negativada no Brasil. Por isso, Souza (1983) acredita que é a partir da formação de consciência do processo ideológico que o negro/ negra mediante o discurso mítico acerca de si cria uma estrutura de desconhecimento/ reconhecimento, aprisionando-o(a) numa imagem alienada.

Ao se refletir sobre a formação antirracista de grande parte dos professores/as negros /as, supõe-se que essa aprendizagem é atravessada pela construção da identidade em meio a memórias dolorosas de escolarização. Pinheiro (2023, p.81) em sua recente obra intitulada "Como ser um educador antirracista?" sinaliza que o processo cognitivo de aprendizagem e construção do "fazer científico" negro às vezes "dói" tanto para adultos quanto para crianças negras, pois quando esses atores se apropriam da reestruturação da ideologia racista, há consequentemente, uma apreensão psíquica dolorosa.

Souza (1983) ainda ressalta que a negação das pessoas negras em relação à sua autodeclaração está atrelada à falta de reconhecimento da cultura afro-brasileira ou à negativação da identidade negra no Brasil. Sendo assim, muitas inquietações e reflexões sobre as práticas docentes destes pesquisadores vieram à tona nesta experiência metodológica.

Gomes (2021, p.436) chama a atenção em suas formulações para a recorrência dos estudos científicos em considerar somente a ciência "universal" enquanto única forma de conhecimento legítimo e

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

validado. Desconsiderando-se assim os saberes produzidos no eixo sul do mundo, apagando a diversidade de formas de ser, de constituição linguística e de processos culturais e políticos, desprezando assim conhecimentos locais, não ocidentais e a diversidade de heranças e memórias reproduzindo, portanto, a colonialidade.

O MNU (Movimento Negro Unificado) em sua luta pelo reconhecimento do papel fundamental do negro na formação social brasileira atuou historicamente pela defesa do ensino de História e Cultura Afro Brasileira e pela ruptura com a chamada “colonialidade do saber” nas instituições escolares ao criar a Lei 10.639 em 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Esta última também prevê que as escolas sejam um espaço livre para a prática de uma educação democrática, agregadora e que favoreça o desenvolvimento integral das crianças que fazem parte dela. Conforme dispõe o parágrafo IV do artigo 3º, onde se lê: “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996).

Por isso, é preciso potencializar a instituição especializada em deficiência visual como um espaço construtor de um conhecimento capaz de romper com um ensino propedêutico neste espaço. Para que este objetivo pedagógico seja alcançado, esta pesquisa defende a vertente decolonial enquanto linha teórica de pensamento para a transformação da educação. Pinheiro (2023) explica em suas formulações a decolonialidade como sendo instrumento de contraposição à subalternidade do Sul Global ao saber eurocêntrico na sala de aula.

1.2 Lutas políticas na Educação Inclusiva/ Especial e metodologias dialógicas: entendendo a roda de conversa como instrumento de transformação na sala de aula

Conforme os marcos históricos do documento da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva” (2008), a escola se caracterizou primeiramente a partir de uma visão de educação que delimitava a escolarização como privilégio de um grupo, excluindo indivíduos fora do padrão normativo e, mesmo diante dos processos de democratização e universalização da educação básica, evidenciou-se a exclusão de grupos considerados fora dos padrões na escola.

A concepção de educação começa a se modificar a partir do conceito de cidadania, fundamentado a partir da visão de direitos humanos. Os princípios desta escola respaldavam-se no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, reconhecendo a produção das desigualdades no sistema. O intelectual Milton Santos (2007) em sua obra “O cidadão” define as complexidades do termo cidadania no Brasil ressaltando que:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, neste sentido, que se

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem os limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida por gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fontes de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido. (SANTOS, 2007, p. 20).

Neste sentido, a cidadania destinada à pessoa com deficiência no Brasil foi marcada por uma trajetória de meandros e contradições no campo político. Exemplo elucidativo destas contradições é como o marco de escolarização inicial destinada ao grupo de pessoa com deficiência se organizou através da Educação Especial (modalidade educacional analisada neste artigo) com o oferecimento do atendimento especializado em substitutivo ao ensino regular.

A Educação Especial surge no Brasil a partir do acordo MEC/Usaid durante o regime militar (Kassar, Rebello e Januzzi 2019 apud Pletsch 2020, p.60). Sendo assim, a educação brasileira da década de 70 inspirada neste acordo assumia um caráter tecnicista e voltado para instrumentos de testagens quantitativas no processo de ensino aprendizagem. Esta forma de organização educacional muitas vezes calcava-se no conceito de normalidade/anormalidade compreendidos por uma visão médica fortemente marcada pelos testes psicométricos ou atendimentos clínico terapêuticos neste período.

O atendimento às pessoas com deficiência passa a se fundamentar pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4026/61) que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente no sistema geral de ensino. Logo depois, a redação do texto da Lei 5692/71 amplia a oferta do atendimento para outros estudantes com “deficiências físicas, mentais ou que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. Ainda assim, em tempos atuais, não se promoveu de maneira efetiva a organização de um sistema de ensino capaz de atender às especificidades desses estudantes com deficiência.

Neste sentido, é possível observar que desde as primeiras legislações na década de 70 inseriu-se as primeiras diretrizes voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência como direcionamento pedagógico a ser seguido pelas escolas públicas. Pletsch (2020, p.62) fundamenta em seus estudos que a “Política Inclusiva voltada para a Educação Especial” hoje no Brasil objetiva assegurar a modalidade de Educação Especial nas instituições públicas através do AEE (Atendimento Educacional Especializado), ou seja, atendimento em sala de recursos multifuncionais oferecido no contraturno das aulas regulares.

No entanto, o que se evidencia nos governos vigentes da contemporaneidade é a falta de comprometimento no

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

direcionamento das políticas públicas voltadas para a oferta de salas de recursos multifuncionais e mediação pedagógica especializada ou até mesmo descaso com os princípios que regem os direitos da pessoa com deficiência.

Douzinas (2009, p. 170) questiona em sua obra a existência dos direitos humanos, ironizando esta crença do pós Guerra em um núcleo normativo capaz de servir como mínimo ético na vida de uma população. O filósofo acredita que juristas críticos são aqueles que legislam norteados pelo princípio do direito com justiça. Neste sentido, não só o Poder Público bem como o conjunto da população deve ter o entendimento dos princípios da dignidade humana não como algo abstrato ou distante da sua realidade cotidiana, mas como algo concreto.

Partindo desta premissa de se compreender no espaço escolar os princípios da dignidade humana, este estudo procurou incutir no currículo de uma escola de ensino especializado um estudo voltado para a temática dos direitos humanos frente à invisibilidade das questões étnico raciais brasileiras, construindo a metodologia de rodas de conversas temáticas.

A metodologia deste projeto baseou-se primeiramente no estudo das temáticas “Direitos Humanos” e “Relações Étnico-Raciais” em sala de aula na disciplina de História a partir da vivência em sala de aula de uma professora desta instituição especializada. Aos poucos, a recorrência dos assuntos levantados em sala evidenciou a necessidade do desdobramento de uma prática pedagógica mais aberta que mobilizasse os alunos na formação de consciência crítica, originando-se assim as rodas de conversa.

Este relato de experiência caracteriza-se pelo caráter qualitativo e tanto a pesquisa quanto a metodologia levam em consideração algumas categorias de análise teóricas já mencionadas. Bardin (2010) ao formular sobre “categorias de estudo” afirma que “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte em comum entre eles.”

Os métodos de pesquisa utilizados foram: observações das aulas da roda de conversa, anotações em cadernos de campo articulados à teoria e análise qualitativa dos elementos observados no espaço educativo. Segundo Godoy (1995, p. 58), os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Deste modo, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o que está sendo estudado.

O formato da roda de conversa propiciou a adesão de uma prática pedagógica dialógica estimulando nos estudantes cegos e de baixa visão os processos de instauração de sentidos e estratégia de organização de discursos. Neste ambiente, também se estabeleceu a capacidade de formação do pensamento crítico, desconstruindo

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

“verdades absolutas” de conceitos ou padrões da sociedade contemporânea.

A temática trabalhada na roda de conversa a ser abordada nesta seção teve momentos anteriores de abordagem pedagógica em sala de aula diante de um momento de “chuva de ideias” para a construção desta metodologia. A turma em questão se tratava de um quinto ano do Primeiro Segmento com a presença de 12 estudantes como já elucidado inicialmente, sendo 6 meninos e 6 meninas (o quantitativo de alunos em uma sala desta instituição especializada é reduzido em função do atendimento às especificidades dos estudantes com deficiência visual). Este grupo mesclava-se entre alunos de baixa visão e cegos.

A partir disso, concluiu-se que a educação desenvolvida com estudantes com deficiência visual necessita de práticas pedagógicas dialógicas e críticas no cotidiano escolar. Um dos princípios que regiam a metodologia do projeto se configurava em apresentar aos estudantes com deficiência as questões inerentes à sociedade relativas aos princípios de cidadania e direitos dos indivíduos. Santos (2007) ressalta em seus escritos algumas indagações pertinentes a alguns questionamentos importantes para a vida destes estudantes em seu cotidiano:

Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos sequer sabem que não o são? O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana(...) Direito a um teto, à comida, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e à uma existência digna(...) O respeito ao indivíduo é uma consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. (SANTOS,2007, p. 19).

Portanto, este diálogo em roda pode vir a ser o alicerce para as relações humanistas e cidadãs na sala de aula bem como para a construção de uma escola democrática. Através deste ambiente seguro, é possível quebrar as práticas de silenciamento de tolher a fala e os atos pedagógicos estritamente verticais, exercitando os atos de discurso e escuta entre os atores deste espaço.

Procurou-se registrar na época as atividades realizadas em todas as “rodas de conversa” na rede social Facebook para destinar visibilidade à atividade não só no conjunto de profissionais que ali trabalham como também incentivar a comunidade acadêmica do espaço (gestão, professores e técnicos administrativos) e outros profissionais a utilizarem essa importante ferramenta de comunicação no cotidiano escolar.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este momento de roda de conversa visibilizado no estudo desta seção versa especificamente sobre a temática⁸: “Racismo e escravidão”, levando em consideração que esta atividade foi construída através do grau de interesse apresentado pelos estudantes em sala de aula e a construção da oralidade dos mesmos no momento anterior e posterior às atividades. Como já dito no momento inicial, o alunado corresponde em sua maioria à etnia/raça negra, sendo oriundos de famílias chefiadas majoritariamente por mulheres (uma realidade brasileira latente da maior parte da classe trabalhadora).

Esse momento da “roda de conversa” em sala de aula foi posteriormente sistematizado em postagens do Facebook como visualizado abaixo:

Tema de roda de conversa: “Racismo e escravidão”



Fonte: Registro da atividade na conta da rede social Facebook da professora pesquisadora (arquivo pessoal).

Quadro 2 – Adaptação da transcrição do registro no Facebook da roda de conversa “Escravidão e racismo”

Hoje recebemos o amigo e coordenador da equipe de História do XXXXXXXXXX, na nossa roda. Aprofundamos o conteúdo aprendido em sala de aula sobre escravidão e problematizamos as questões referentes às desigualdades que os negros sofrem no nosso país e diversas formas de discriminação. O que nós já sabemos sobre escravidão? Como e em que condições os negros vieram para o

⁸ Outras temáticas foram abordadas em sala de aula através das rodas de conversa tais como: “Gênero e sexualidade”, “A mulher negra na sociedade”, “A importância da música na vida das pessoas” e “O cotidiano de pessoas com deficiência visual”. Os/As convidados/as eram geralmente profissionais de Educação da instituição ou pessoas oriundas de movimentos sociais.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS
PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM
DEFICIÊNCIA VISUAL

Brasil? Como eles eram tratados? Que heranças culturais carregamos nos nossos costumes? Como os livros didáticos visibilizam os negros? E a mídia? Por que, quando falamos das religiões de matriz africana, temos preconceito? Quais as moradias da maior parte da população negra no Brasil? Que profissão agrupa costumes escravocratas no nosso país? Onde nós guardamos nosso racismo? Por que, mesmo sendo negro, nós praticamos racismo? Nós já sofremos racismo? Por que nos incomoda tanto falar sobre racismo?

Os principais questionamentos levantados no debate foram: *O que nós já sabemos sobre escravidão? Como e em que condições os negros vieram para o Brasil? Como eles eram tratados? Que heranças culturais carregamos nos nossos costumes? Como os livros didáticos visibilizam os negros? E a mídia? Por que, quando falamos das religiões de matriz africana, temos preconceito? Quais as moradias da maior parte da população negra no Brasil? Que profissão agrupa costumes escravocratas no nosso país? Onde nós guardamos nosso racismo?*

Notadamente os estudantes apresentaram menos elementos de análise ou intervenção no que tange à assuntos relativos ao racismo estrutural e ao processo escravocrata no período de colonização brasileira. O professor Leonel apresentou uma fala de cerca de 25 minutos discorrendo sobre o sistema de relações produtivas do modelo da colonização que alijou, desumanizou e exterminou corpos negros durante pelo menos 300 anos.

Leonel⁹, ao abordar sobre costumes e religiões de matrizes africanas, ouviu alguns estudantes atribuírem o nome “macumba” a essas crenças e explicou na roda aos mesmos o fato deste termo ser pejorativo e estar arraigado de marginalização das religiões de matrizes africanas. Na pergunta envolvendo o papel da mídia no debate da negritude, parte dos estudantes atribuíram o fato deste veículo incentivar a criminalização do funk e dos espaços de favelas ao caracterizá-los como moradia de “bandido” e não como áreas de lazer e pertencimento do povo preto. Alguns mencionaram a existência de programas policiais na TV que incitam a violência policial na favela e a perseguição aos jovens negros na sociedade.

Em um dos atravessamentos dessas questões propostas no debate desta roda de conversa, introduziu-se o assunto relacionado à autodeclaração e à construção de identidade negra individual. Neste momento, pairou um silêncio coletivo na discussão até mesmo por parte de estudantes com fenótipos negroides muito demarcados e com tons de pele mais retintos. Tais questões podem estar relacionadas ao fato das intersecções “deficiência” e “etnia/raça” serem elementos de complexidade conflituosa na formação de personalidade destes estudantes durante a fase da pré-adolescência.

⁹ Nome do professor modificado, seguindo as normas da pesquisa brasileira.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

1.3 Metodologia 2: A roda de samba pedagógica na instituição especializada

Posteriormente, no segundo semestre do ano de 2018, houve um outro projeto pedagógico formulado pela professora inspirado nas rodas de conversa anteriores, intitulado “Roda de samba pedagógica”. Essa culminância pedagógica se constituía num grande evento a partir do estudo do conteúdo da disciplina de História e de letras de samba em sala de aula. Os estudantes abordavam as temáticas desenvolvidas em sala de aula versando sobre o conteúdo de relações étnico-raciais através da apresentação de canções trabalhadas ao longo do semestre, sendo comentadas também por pesquisadores do tema convidados. Assim, sambas-enredos foram utilizados como elementos metodológicos para a abordagem do conteúdo curricular.

Cattani (2008, p. 38) em seus estudos sobre o uso do samba-enredo como ferramenta pedagógica na sala de aula ressalta que a escola de samba é uma ação cultural que processa e organiza as relações sociais, econômicas e políticas, possibilitando uma relação da população com a cultura dita erudita, em especial, através da confecção de enredos e sua conexão com os desfiles.

Deste modo, a professora e pesquisadora inicialmente abordou em suas aulas o conteúdo do currículo relativo à cultura indígena utilizando como temas geradores para a abordagem dois sambas-enredo concorrentes do ano de 2017 das escolas de samba do Grupo Especial do Rio Janeiro Beija Flor e Imperatriz Leopoldinense. Embora as duas agremiações tivessem a temática dos povos originários como centralidade, suas formas de abordagem eram totalmente distintas.

O samba-enredo da escola de samba Beija Flor exaltava em sua letra a epopeia de “Iracema”, tendo como pano de fundo a história romantizada entre um homem branco e uma mulher indígena descrita com padrões estéticos “admiráveis”, reforçando assim, a naturalização das relações de assédio aos corpos indígenas femininos no período da colonização.

Já o samba-enredo da escola Imperatriz Leopoldinense denunciava a exploração da lógica do capital no bioma brasileiro diante da ação do agronegócio, das empresas de madeireiras e dizimação dos povos indígenas frente à ganância humana. Tal dinâmica não só suscitou uma grande problematização em sala de aula como também estimulou os estudantes a conhecerem outros sambas-enredo de cunho político, dialogando com suas famílias sobre a história das escolas de samba e estas temáticas em questão.

Após o intenso trabalho realizado referente à temática “cultura indígena” em sala de aula, iniciou-se a abordagem sobre o processo CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

de escravidão no período colonial com esta turma. Novamente, a professora utilizou dois sambas-enredo para a contextualização do debate, porém neste momento, os sambas-enredo apresentavam temáticas de caráter crítico que não se antagonizavam na forma de abordar este período histórico. As canções de samba-enredo escolhidas eram oriundas de 1988.

Na ocasião, ano de centenário da abolição da escravatura, o Carnaval do Rio de Janeiro dedicou a apresentação dos enredos das Escolas de samba a esta temática. Um dos sambas épicos que se destacou intitulou-se “Cem Anos de Liberdade- realidade ou ilusão?”. O samba da Estação Primeira de Mangueira tinha como verso central da canção o questionamento social “Será, que a lei Áurea tão sonhada, há tanto tempo assinada, não foi o fim da escravidão?”. Deste modo, a obra nos incita à reflexão de que a história da escravidão no Brasil deixou marcas profundas, alijando, desempregando e abandonando pessoas negras.

Outro samba-enredo marcante para a história do Carnaval intitulado “Kizomba” da Unidos de Vila Isabel abordava a ideia de uma grande festa da “raça negra”, elucidando a representação da resistência negra contra o preconceito racial. A canção descreveu a “Kizomba” como “nossa constituição”, abordando a confraternização das tradições negras enquanto princípio de igualdade.

Sendo assim, os dois sambas-enredo com a temática sobre os “100 anos da Abolição” foram contextualizados pedagogicamente em sentidos de crítica social, porém com objetivos pedagógicos direcionados a diferentes debates. O samba da Mangueira tinha como centralidade a denúncia da “falsa abolição” e a continuidade de uma escravidão velada na sociedade ao se referir às condições desiguais da população negra mesmo naquela época. Já o samba da Vila Isabel abordava a ideia da positivação da simbologia da cultura afro-brasileira e o negro enquanto protagonista da identidade nacional brasileira.

Após este intenso trabalho em sala de aula, os estudantes reivindicaram um projeto intitulado “Roda de samba pedagógica” em que pudessem apresentar as músicas de samba-enredo cantando e tocando instrumentos musicais. Neste mesmo contexto, havia na sala de aula alguns estudantes que tocavam instrumentos musicais característicos do gênero musical como caixa, tamborim e cavaquinho. Cattani (2008, p. 39) em suas formulações enfatiza que, ao utilizarmos o samba-enredo como elemento da cultura popular em sala de aula, seja vendo desfiles de escola de samba, tocando ou cantando, tornamos os conteúdos históricos mais compreensíveis para os alunos do que abordá-los em livro didático.

Desta forma, o contato com a musicalização promove em sentido amplo o desenvolvimento físico, intelectual e afetivo dos estudantes com deficiência visual. Atividades musicais despertam consciências CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

perceptivas, ampliando os limites físicos e mentais no processo educativo assim como o desenvolvimento motor e a consciência auditiva através do contato, integração culminando no melhor rendimento no processo de ensino-aprendizagem.

Vale lembrar que a instituição em que foi trabalhada esta temática de rodas de samba pedagógica possui também uma equipe docente da disciplina de Música muito engajada em projetos inovadores dentro da escola que por ventura veio a se aproximar do projeto. Este fator foi fundamental para a garantia da mobilização e empenho da turma com o projeto de roda de samba pedagógica. Além disso, estudantes com deficiência visual possuem uma sensibilidade auditiva aguçada para a música e respondem bem a esses estímulos pedagógicos.

Segundo pesquisas da Universidade de Washington (2019), os indivíduos que não conseguem enxergar geralmente podem interpretar as frequências sonoras com mais facilidade. Isso porque o córtex auditivo dos indivíduos com deficiência visual apresenta uma “sintonização” neural mais estreita, o que os ajuda a discernirem pequenas diferenças na frequência sonora.

Tanto o projeto de “Roda de conversa na sala de aula” como “Roda de samba pedagógica” se basearam também na Lei 10.639, 11.645 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Neste sentido, tais projetos se estruturaram na garantia do ensino sobre a história das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no currículo da sala de aula.

A dinâmica do evento da primeira roda de samba pedagógica organizada pela professora e pesquisadora foi da seguinte forma: a) a professora apresentava os temas trabalhados em sala de aula (no caso, os dois últimos sambas-enredo trabalhados: da Mangueira e de Vila Isabel do ano de 1988); b) a professora interpelava os estudantes pedagogicamente com questões avaliativas sobre o assunto do samba-enredo c) quatro pesquisadores/pesquisadoras convidados comentavam sobre o assunto durante um tempo numa espécie de bancada d) Os sambas-enredo eram tocados musicalmente e cantados pelos estudantes com instrumentos musicais para toda a comunidade escolar.

Figura 1 - A professora pesquisadora com os pesquisadores jurados e figura com imagem da organização da roda:

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL



Fonte: Arquivo pessoal da professora pesquisadora.

O elemento central deste formato seria o trabalho pedagógico com as músicas e a interação de pesquisadores da temática de samba com os estudantes DV. Posteriormente, este projeto em específico da roda de samba pedagógica foi laureado na ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) pelo Prêmio Paulo Freire, iniciativa aprovada pelos deputados do Estado do Rio de Janeiro. Durante a realização do projeto (anos de 2018 e 2019), as emissoras “TV Futura” e a extinta “TV Escola” entraram em contato com a professora para realizar entrevistas sobre o projeto da roda de samba devido certa visibilidade deste projeto de cunho inédito num espaço de educação especial.

Figura 2 – A professora participando do programa da “TV Futura” apresentando o projeto:



Fonte: Arquivo pessoal da professora pesquisadora.

Conclusão

Este estudo procurou lançar luz às vivências pedagógicas antirracistas numa instituição especializada em deficiência visual,

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

**POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS
PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

adotando uma metodologia pedagógica ancorada nos princípios dos direitos humanos e na ideia de uma escola cidadã, a partir da perspectiva de um movimento social “educador” no chão da sala de aula. Para tal, este processo de ensino-aprendizagem abordou a temática étnico-racial, assunto pedagógico invisibilizado na maioria dos institutos especializados em deficiência visual no Brasil.

A organização das rodas enquanto instrumento pedagógico utilizado pela professora possibilitou a construção de práticas pedagógicas agregativas e a abordagem de assuntos subalternizados historicamente como relações étnico-raciais. Essa temática não só assume uma relevância fundamental na agenda nacional de direitos humanos como se insere nos processos de construção da identidade das nossas crianças e jovens negros em escolarização, promovendo a ideia de uma escola cidadã.

Evidenciou-se no estudo que a barreira impeditiva da visão é um elemento a ser considerado diante da produção de marcas negativas da identidade negra desses estudantes com deficiência visual. Deste modo, a dependência física e social destes indivíduos nos primeiros anos de escolarização pode ocasionar uma autoidentificação racial enviesada ou carregada de reproduções equivocadas dos membros de suas famílias sobre este assunto. Por isso, é oportuno se pensar em políticas públicas de formação docente voltadas para as relações étnico-raciais com enfoque interseccional na deficiência visual de maneira profunda.

A pesquisa acredita que, ao eleger práticas pedagógicas democráticas incitando a participação social no espaço escolar, a escola pública pôde cumprir o papel de formação para indivíduos com deficiência. Estes atores mobilizados por este ambiente escolar dialógico possivelmente serão impulsionados a reivindicar suas pautas específicas em outros espaços sociais futuros.

A temática de “Racismo e escravidão” presente no relato da roda de conversa descrita na primeira seção despertou nos estudantes um silenciamento ou “não pertencimento” ao assunto debatido. Este comportamento é possivelmente provocado pela negativação das pautas de negritude na sociedade brasileira bem como o não cumprimento efetivo da Lei 10.639 de maneira efetiva.

O projeto “roda de samba pedagógica”, construção didática reivindicada pelos próprios/ próprias estudantes com deficiência visual em sala de aula mobilizou um sentimento de pertencimento e afirmação da cultura afro-brasileira no coletivo destes estudantes. Além disso, houve completa identificação deste coletivo com o conteúdo crítico das letras de samba-enredo trabalhadas pedagogicamente no projeto.

Em suma, cabe aos professores e pesquisadores lançar luz às iniciativas pedagógicas de combate ao racismo e à intolerância CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 39 (2024).

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

religiosa em sala, contrapondo-se a um currículo tradicional eurocêntrico e dissonante às questões relativas aos direitos humanos. O envolvimento da comunidade escolar frente a essas iniciativas deve ser chave fundamental para a construção da cidadania cotidiana desses sujeitos, mobilizando novas formas de organização política no espaço educativo.

Referências

ALBERTI, Verena PEREIRA, Amilcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro : Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei 4024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: MEC, 2003.

_____. Lei 11. 645, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

BRASIL. Lei nº 13.646,6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Brasília, DF, n.34, p.1.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

_____.Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. Janeiro, 2008.

_____. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

CATTANI, A. O uso do samba de enredo como ferramenta auxiliar no ensino de história: o carnaval do ano 2000; 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.62. 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos feministas, ano 10, nº1/ 2002 p. 171-188.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar; os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Fortaleza UFC, 2010.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido (17ª edição), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr, 1995.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. Revista de Filosofia: Aurora, v. 33, p. 435-454, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LAPLANE, Adriana, Lio Friszman de; BATISTA, Cecília Guarneiri. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. Cadernos Cedes, Campinas, v. 28, n. 75, p. 209-227, maio/ago. 2008.

MARIANO, André Luiz Sena. Currículos outros para a formação docente: discutindo princípios decoloniais e interculturais. Revista Brasileira de Educação. v. 29, 2024.

MONTE, F R.F, de; SANTOS, I B. (Org) Saberes e práticas de inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência visual. Brasília. MEC

PINHEIRO, Barbara. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PLETSCH, M. D.O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: Diálogos em Educação, v. 29, n.1, p.57-70, 2020.

POR UMA ESCOLA CIDADÃ E ANTIRRACISTA: METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Neuza S. Tornar-se Negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro em ascenção social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Sites

Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em 2 de maio de 2024.

Pesquisa revela porque audição de deficientes visuais é tão precisa. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/04/pesquisa-revela-porque-audicao-de-deficientes-visuais-e-tao-precisa.html>. Acesso em 2 de maio de 2024

INTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br> Acesso em: 5 de novembro de 2024

ALVINHO, JURANDIR E TUZO, Hélio. Cem anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão. LP Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A Carnaval 88. Gravadora RCA Victor. Rio de Janeiro, 1987.

JONAS, RODOLPHO e VILA, Luiz Carlos de. Kizomba, a festa da raça. LP Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A Carnaval 88. Gravadora RCA Victor. Rio de Janeiro, 1987.

ALEMÃO, Fábio, BARCELLOS, Ronaldo. CLAUDEMIR, MAURIÇÃO, RIBAS, Bruno, SANTOS, Betinho, TATÁ, Wilson, VINICIUS, Alan. A Virgem do Lábios de Mel, Iracema. CD Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial do Carnaval do Rio de Janeiro. Gravadoras Universal Music e Escolas de Samba. Rio de Janeiro, 2017.

FINGE, Jorge do, GANSO, Adriano, SANTIAGO, Moisés, SENNA, Aldir. Xingu, o clamor que vem da Floresta. CD Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial do Carnaval do Rio de Janeiro. Gravadoras Universal Music e Escolas de Samba. Rio de Janeiro, 2017.